

ÍNDICE ANALÍTICO DE JURISPRUDÊNCIA

A

ABSOLVIÇÃO DE INSTÂNCIA

	Páginas
Quando não tem cabimento. Não se justifica a absolvição de instância se o despacho de marcação de audiência não foi publicado corretamente — Ag. Petição n.º 25.141-SP	17

AÇÃO RESCISÓRIA

Decadência. Incapacidade absoluta. Prescrição. Nulidade Processual Ação Rescisória n.º 20 — GB.	1
--	---

AÇÕES

Conversão de ações nominativas em ações ao portador. Incidência do Imposto do Sêlo. Ag. Petição n.º 24.384-SP	13
---	----

ADVOGADO

Advogado do Banco do Brasil S.A. Impedimento para advogar contra a Fazenda Nacional. Recurso interposto contra decisão do Conselho local da OAB na vigência do antigo Regulamento. Efeito Suspensivo. Ag. Mandado de Segurança n.º 25.751-PB	119
--	-----

APOSENTADO

Vantagens. Funcionário aposentado com 25 anos de serviço, em consequência da aplicação da Lei n.º 3.906, não faz jus aos benefícios de que trata o art. 184 da Lei n.º 1.711/52 — Ag. Mandado de Segurança n.º 42.990-GB	170
--	-----

APOSENTADORIA-INVALIDEZ

As aposentadorias que à data da Lei Orgânica da Previdência Social ainda não haviam completado um quinquênio, podem ser revistas e canceladas. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.500-GB	178
---	-----

APREENSÃO DE BARCO

Segundo o Código de Processo Civil, art. 757, deve o barco permanecer à disposição do Juíz da Comarca, mas, em se tratando de processo em que a União figura como ré, prevalece o art. 201 da Constituição Federal, sendo competente o Juíz da Vara da Fazenda. — Ag. de Instrumento n.º 24.299-SP. 9

APREENSÃO NA ZONA FISCAL

Mandado de Segurança. Falta de documentação. Impossibilidade de apreciação na via mandamental. — Ag. Mandado de Segurança n.º 33.730-RS 136

AUTARQUIAS

As Autarquias estão equiparadas, para o efeito dos prazos processuais, à União (Decreto-lei 7.659 de 21-7-45). — Ag. Petição n.º 23.034-SP 7

B

BAGAGEM DE ESTRANGEIRO

Isenção de tributos. Está isenta a bagagem de estrangeiro que vem residir no País. — Ag. Mandado de Segurança n.º 28.429-RS 126

BENEFICIÁRIO FACULTATIVO

Inscrição. Lei Orgânica da Previdência Social, quando prevalece. Inexistência de beneficiários necessários. — Apelação Cível n.º 18.758-SC 69

C

CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Qualificação dos respectivos professores. Admitidos a título precário e regindo-se pela legislação trabalhista, não têm direito a enquadramento, como servidores. — Ag. Mandado de Segurança n.º 44.727-DF 194

CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA

Sem prova de fatos caracterizadores de figura penal, a que se comine pena ensejadora de demissão, não é possível cassar aposentadoria. — Apelação Cível n.º 15.788-RN (Embargos) 41

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Páginas

Pessoal do Serviço Público Federal, centralizado e descentralizado. Ato que classifica e reenquadra ou readapta não se impugna em processo de mandado de segurança. — Ag. Mandado de Segurança n.º 44.158-SP 185

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Art. 757 ordena que o navio seja “pôsto à disposição do Juíz de direito da comarca”, mas, em se tratando de processo que a União figura como ré, prevalece o art. 201 da Constituição, sendo competente o Juíz da Vara da Fazenda Nacional. Ag. de Instrumento n.º 24.299-SP 9

COISA JULGADA

Sentença denegatória de mandado de segurança que apreciou o mérito do pedido faz coisa julgada. — Apelação Cível n.º 18.694-GB 66

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRA BOLIVIANA

Benefícios da Lei n.º 4.069. Alcançam a todos os Servidores, com cinco anos de exercício, sob qualquer regime de remuneração os favores do art. 23 da citada lei. — Ag. Mandado de Segurança n.º 44.279-MT 187

COMISSÕES

Promessa de pagamento de comissões. Selagem. Feita a prova de que o contrato promete comissões para a venda de imóvel, a selagem é indubitável. — Ag. de Petição n.º 24.639-SP 15

COMPETÊNCIA

Ação em que é parte a Rêde Ferroviária Federal, quando a União intervém o Juízo competente é o da Fazenda Pública. — Ag. de Instrumento n.º 24.709-GB 16

COMPETÊNCIA

Anulação de atos decisórios, por incompetência de Juiz *a quo*. — Ag. Mandado de Segurança n.º 45.539-SP 197

COMPETÊNCIA

Competência do Juízo da Fazenda, na Capital do Estado, para apreciar mandado de segurança que envolva interêsse da União ou suas Autarquias. — Conflito de Jurisdição n.º 158-SC 101

COMPETÊNCIA

	Páginas
Mandado de Segurança contra ato de Delegacia do Trabalho Marítimo. É competência da Vara da Fazenda. — Ag. Mandado de Segurança n.º 42.515-SC	169

COMPETÊNCIA

Mandado de Segurança, que impugna decreto governamental, não pode ser ajuizado em Primeira Instância. — Ag. Mandado de Segurança n.º 46.357-GB	203
--	-----

COMPETÊNCIA

Ao Poder Judiciário não compete corrigir possíveis “inadvertências do legislador”, salvo quando daí resulte flagrante desrespeito à Lei Maior. — Ag. Mandado de Segurança n.º 45.463-SP	195
---	-----

COMPETÊNCIA

Reclamação Trabalhista. — É da Competência da Justiça do Trabalho o seu julgamento. — Ag. de Petição n.º 21.340-PA	4
--	---

COMPETÊNCIA

Não pode o Judiciário a pretexto de aplicar o princípio de isonomia, usurpar atribuições dos demais poderes, pois a tanto equivale aumentar vencimentos de funcionários sem lei que expressamente autorize. — Apelação Cível n.º 10.466-DF	30
---	----

COMPETIÇÃO ESPORTIVA

Futebol. Assistência médica aos atletas. Ingresso de médicos no campo. Competência do árbitro na disputa para decisão em <i>última ratio</i> sobre a oportunidade e conveniência. Ag. Mandado de Segurança n.º 34.137-GB	137
--	-----

CONFLITO DE JURISDIÇÃO NEGATIVO

Crime de dano (Art. 163 do Código Penal) praticado contra o patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A. — Apelação Criminal n.º 1.116-GB	83
--	----

CONTRABANDO

Importação irregular. Não constitui crime a infração das normas relativas à licença prévia da Lei n.º 2.145/53. Apelação Criminal n.º 1.136-SP	95
--	----

CONTRATO DE EMPREITADA

Entre particular e autarquia. Aplicabilidade da cláusula <i>rebus sic standibus</i> . Conseqüente revisão contratual, diante das prementes e novas condições econômicas do País. — Apelação Cível n.º 17.457-GB	50
---	----

CRÉDITOS

	Páginas
Decorrentes de endôso ou aval, devem ser excluídos nos processos de reajuste pecuário, como medida cautelar para evitar a duplicidade de pagamento. — Ag. de Petição n.º 22.536-GO	6

CRIME DE DANO

Art. 163 do Código Penal, praticado contra o patrimônio da Rede Ferroviária Nacional S.A. Conflito Negativo de Jurisdição que se suscita. — Apelação Criminal n.º 1.116-GB	83
--	----

D

DECADÊNCIA

Ação Rescisória. Incapacidade absoluta. Prescrição. Nulidade processual. Ação Rescisória n.º 20-GB	1
--	---

DELEGACIA DO TRABALHO MARÍTIMO

Competência do Juiz da Fazenda para julgar. Ag. Mandado de Segurança n.º 42.515-SC	169
--	-----

DEMISSÃO

Fundada em crime mais tarde julgado inexistente pelo Judiciário. Cancelamento da demissão e reintegração. — Apelação Cível n.º 21.710-GB (Embargos)	75
---	----

DESABAMENTO DE PRÉDIO

Ação Penal. Ação movida contra construtor. Art. 216 do Código Penal combinado com a última parte do art. 258. Absolução por falta de provas. — Apelação Criminal n.º 1.118-GB	86
---	----

DISPONIBILIDADE

Não é situação idêntica à aposentadoria. Nesta, o funcionário deixa o serviço público e torna-se pensionista do Estado, ao passo que, naquela, continua ao dispor do serviço público. Daí porque sua situação é, em tudo, igual à do funcionário em atividade. — Apelação Cível n.º 7.497-GB (Embargos)	19
---	----

DURAÇÃO DE TRABALHO

	Páginas
Observância do art. 35 da Lei n.º 4.242/63. Continuam os servidores beneficiados por essa lei sujeitos ao regime geral do horário vigente para os demais funcionários. Ag. Mandado de Segurança n.º 46.501-GB	204

E

EMOLUMENTOS CONSULARES

Importação de petróleo bruto. Legitimidade de sua cobrança nos termos da Circular n.º 39/60. — Ag. Mandado de Segurança n.º 38.693-SP	156
---	-----

ENQUADRAMENTO

Funcionário público. Se o ato é provisório e não definitivo, impossível falar-se em direito líquido e certo. — Ag. Mandado de Segurança n.º 35.231-DF	140
---	-----

ESTIVADORES

Vagas. O Decreto n.º 30.078/51, em seu art. 2.º, determinando que seja a metade das vagas ocorrentes no quadro de estivadores, reservada a filhos dos mesmos, ofende a Constituição. — Ag. Mandado de Segurança n.º 37.077-SP	147
---	-----

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Os honorários de advogado se calculam sobre as prestações vencidas e uma anuidade das vincendas. Apelação Cível n.º 22.141-MG	81
---	----

EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Impedimento de advogado do Banco do Brasil S.A. para advogar contra a União. Recurso contra decisão do Conselho local da OAB, interposto na vigência do antigo regulamento. — Ag. Mandado de Segurança n.º 25.751-PB	119
--	-----

EXTRANUMERÁRIO MENSALISTA

Pretensão de apostila nessa categoria, para efeito de enquadramento no Plano Geral de Classificação. Escapa ao âmbito do Mandado de Segurança por envolver exame de matéria de fato e de provas. — Ag. Mandado de Segurança n.º 31.521-DF	128
--	-----

F

FACULDADE DE DIREITO

	Páginas
Faculdade de Direito Cândido Mendes. Seu diretor há de ser considerado como exercente de função delegada da União, <i>ex vi</i> do § 1.º, do art. 1.º, da Lei n.º 1.533/51. — Ag. Mandado de Segurança n.º 36.409-GB	144

FUNCIONÁRIO

Faltas ao serviço dadas por uma enfermeira num ambulatório, não podem ser alcançadas pelos benefícios da anistia. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.306-GB	175
--	-----

FUNCIONÁRIO

Cassação de aposentadoria. Prática de crime. Sem a prova de fatos caracterizadores de figura penal, a que se comine pena ensejadora da demissão, não é possível cassar-se a aposentadoria. — Apelação Cível n.º 15.788-RN (Embargos)	41
--	----

G

GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA E SAÚDE

Extinção nos termos do art. 15, da Lei n.º 4.345/64. — Ag. Mandado de Segurança n.º 33.309-GB	135
---	-----

GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA

Enquanto não vier a regulamentação da lei e sem prévia verificação dos pressupostos de fato que a autorizam, não pode o Judiciário reconhecer o direito à gratificação. — Apelação Cível n.º 15.827-GB	46
--	----

GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Trabalho a ser considerado. Resulta de tempo de serviço, prestado à mesma entidade, seja contínuo ou não. — Ag. Mandado de Segurança n.º 44.052-GB	182
--	-----

H

HABEAS CORPUS

Inquérito policial. Concessão para trancamento do Inquérito policial instaurado sem justa causa. — Habeas Corpus n.º 1.344-SP	103
---	-----

HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Execução de sentença. Os honorários de advogados se calculam sobre as prestações vencidas e uma anuidade das vincendas. — Apelação Cível n.º 22.141-MG

Páginas

81

I

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

Tributos devidos. Imposto de Consumo. Pêso real e fictício. Câmbio. Art. 66 da Lei n.º 3.244 — Ag. Mandado de Segurança n.º 33.249-SP

132

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO

Emolumentos consulares. Inconstitucionalidade da sua cobrança que se acolhe. Legitimidade da cobrança nos termos da Circular n.º 39/60. — Ag. Mandado de Segurança n.º 38.693-SP

156

IMPÔSTO DE CONSUMO

Importação. Isenção. "Album", segundo Decreto-lei n.º 7.404, de 1945 é artefato de papel que não se confunde com livros, revistas ou jornais, não estando isento de tributo. — Apelação Cível n.º 15.052-GB

37

IMPÔSTO DE CONSUMO

Isenção. Sòmente quando o texto legal concessivo da isenção, à hipótese se refira de modo expresso e formal. — Ag. Mandado de Segurança n.º 22.176-ES

117

IMPÔSTO DO SÊLO

Conversão de ações. A conversão de ações nominativas em ações ao portador está sujeita a sêlo. O fato impunível ocorre na hipótese de ações nominativas, por força de lei, mesmo não havendo títulos formais, se a sociedade passa a ter ações ao portador. — Ag. de Petição n.º 24.384-SP

13

IMPÔSTO DO SÊLO

Incidência do imposto sobre a integralização de ações de sociedade anônima, concretizada mediante bens enviados do exterior sem cobertura cambial, e aqui incorporados no patrimônio de sociedade brasileira. — Apelação Cível n.º 17.874-SP

59

IMPÔSTO DO SÊLO

Páginas

Isenção de contrato de promessa de compra e venda quitado e irrevogável. — Ag. Mandado de Segurança n.º 38.547-SP 153

IMPÔSTO DO SÊLO

Promessa de pagamento de comissões. Selagem. Feita a prova de que o contrato promete comissões para a venda de imóvel, a selagem é indubitável. — Ag. de Petição n.º 24.639-SP 15

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Reciprocidade. Beneficiamento das autarquias. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.519-GB 180

INADIMPLENTO CONTRATUAL

Quando o contrato depende de importação. Irresponsabilidade do DNER, uma vez cumpridas, de sua parte, as obrigações a que estava vinculado e desde que decorrente a inadimplência de ato de terceiro impondo condições não previstas no edital de concorrência respectivo. — Apelação Cível n.º 10.296-GB 20

INCAPACIDADE ABSOLUTA

Ação Rescisória. Decadência. Prescrição. Nulidade processual. — Ação Rescisória n.º 20-GB 1

INCONSTITUCIONALIDADE

Sanções administrativas das Leis n.ºs 5 e 42, de 1937. Livre exercício profissional. — Ag. Mandado de Segurança n.º 26.909-SP 122

INQUÉRITO POLICIAL

Habeas Corpus, sua concessão para determinar o trancamento do inquérito policial instaurado sem justa causa. — Habeas Corpus n.º 1.344-SP 103

INTEGRALIZAÇÃO DE AÇÕES

Sociedades anônimas. Integralizações concretizadas mediante a remessa de bens enviados do exterior sem cobertura cambial, e aqui incorporados no patrimônio de sociedade brasileira. Incidência do imposto do sêlo. — Apelação Cível n.º 17.874-SP 59

ISONOMIA

Não infringe o princípio de isonomia a regra legal que concede vantagens genéricas a tôdas as pessoas em determinada situação. — Ag. Mandado de Segurança n.º 41.968-SP 168

J

JUSTIÇA DO TRABALHO

	Páginas
<i>Jeton de presença dos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento. Cálculo do valor. — Ag. Mandado de Segurança n.º 38.286-RS</i>	151

L

LEILÕES ALFANDEGÁRIOS

<i>Irregularidades. Seqüestro de mercadorias leiloadas. Legitimidade do ato do Juiz como medida cautelar. — Mandado de Segurança n.º 44.411-MA</i>	189
--	-----

LIQUIDAÇÃO

<i>Transferência e incorporação ao patrimônio da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, de vagões, como forma de liquidação de seu ajuste com terceiros. — Apelação Cível n.º 13.471-PR</i>	32
---	----

LOCAÇÃO

<i>Retomada de prédio locado a órgão federal. Inaplicabilidade do art. 18 da Lei n.º 1.300/50, expedida para proteção de particulares. — Apelação Cível n.º 17.526-GB (Embargos)</i>	53
--	----

M

MANDADO DE SEGURANÇA

<i>Caracterizado o ato como do Presidente da República não como ato do Ministro, incompetente é o Tribunal. Segurança pedida para efetivar nomeação de concursado. — Mandado de Segurança n.º 41.462-DF</i>	160
---	-----

MANDADO DE SEGURANÇA

<i>Sentença denegatória de mandado de segurança que aprecia mérito do pedido faz coisa julgada. — Apelação Cível n.º 18.694-GB</i>	66
--	----

MATÉRIA DE FATO

Páginas

Escapa à apreciação por via de mandado de segurança o exame de matéria de fato. — Ag. Mandado de Segurança n.º 46.831-GB 210

MÉDICO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Ausência de direito aos vencimentos da Lei n.º 488/48, não provada a sua qualidade de funcionário público. Não cabimento de condenação em honorários advocatícios. — Apelação Cível n.º 10.311-GB 27

MÉDICO ADJUDICADO

Legalidade do ato da autarquia que anulou a efetivação, após cinco anos de exercício, por não ser função de caráter permanente. — Ag. Mandado de Segurança n.º 48.596-GB 219

MERCADORIA INTRODUZIDA NO PAÍS ILEGALMENTE

Apreensão. *Boutique* clandestina. Legal a apreensão de mercadoria, de importação irregular, encontrada em casa de família, com fim de comércio. — Ag. Mandado de Segurança n.º 36.681-SP 146

MÚSICO MILITAR

Promoção. Preferência do militar ao civil ocupante interino de banda de música. Regulamento das Bandas de Música. — Apelação Cível n.º 16.603-GB 48

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Gratificação na inatividade. Legal sua incorporação aos proventos da inatividade, até o advento da Lei n.º 4.345/64. — Ag. Mandado de Segurança n.º 32.796-GB 131

P

PECULATO

Habeas Corpus. Prisão preventiva suficientemente fundamentada. *Habeas Corpus* n.º 1.493-SC 115

PENSÃO MILITAR

Páginas

Leis n.º 448/48 e 3.625/59. Inadmissibilidade de computação de parcela de tempo de serviço civil, prestado à Polícia de Vigilância do antigo Distrito Federal, para efeito de integração do tempo exigido pelas citadas leis. — Apelação Cível n.º 20.268-GB 72

PODER DE POLÍCIA

Exercício, pela autoridade local, dos poderes de polícia judiciária, que nos termos do regime constitucional vigente, cabem aos próprios Estados. — Ag. Mandado de Segurança n.º 36.188-SP 141

PRAZOS PROCESSUAIS

Quando terminam em dias inúteis, são prorrogados automaticamente até ao primeiro subsequente útil. — Ag. Mandado de Segurança n.º 27.984-RJ 125

PRAZOS PROCESSUAIS

As autarquias são equiparadas à União, para o efeito dos prazos processuais (Dec.-lei n.º 7.659 de 21-7-45). — Ag. de Petição n.º 23.034-SP 7

PRESCRIÇÃO

Ação Rescisória. Decadência. Incapacidade absoluta. Nulidades processuais. — Ação Rescisória n.º 20-GB 1

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Não tem que descontar para Instituto federal, municipalidade que tem regime próprio no referente. — Recurso de Revista n.º 823-ES (No Ag. de Petição n.º 13.292) 224

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Podêres de contrôlo do Dept.º Nacional da Previdência Social. Prejudicada a aplicação da Resolução 202/46 em face da expedição da Lei n.º 2.123/53. — Ag. Mandado de Segurança n.º 46.529-GB 207

PREVIDÊNCIA SOCIAL

13.º salário. Os descontos que sobre êsse incidem, devem observar, em seus quantitativos, os limites da Lei n.º 3.807/60. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.401-GB 176

R

REAJUSTE PECUÁRIO

	Páginas
Para evitar duplicidade de pagamentos é providência cautelar a exclusão de créditos decorrentes de endôssô ou aval nos processos de reajuste. — Ag. Petição n.º 22.536-GO	6

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Em se tratando de questões trabalhistas, o tribunal competente para conhecer do recurso é o da Justiça do Trabalho. — Ag. de Petição n.º 21.340-PA	4
--	---

RECURSO EX OFFICIO EM HABEAS CORPUS

Flagrante por crime previsto no art. 291 do C. Penal. Moeda falsa. Concessão para exclusão do flagrante do motorista, mero transportador dos acusados. — Recurso de Habeas Corpus n.º 1.438-SP	110
--	-----

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL

Competência do Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, quando a União intervém na demanda. — Ag. de Instrumento n.º 24.709-GB	16
--	----

REFORMA

Ex-soldado. Direito a reforma. Se não comprovada a relação de causa e efeito entre a doença de ex-soldado e as condições inerentes ao serviço, impossível o reconhecimento do direito. — Apelação Cível n.º 18.557-PE	63
---	----

RETOMADA DE PRÉDIO

Prédio locado a órgão federal. Inaplicabilidade do art. 18 da Lei n.º 1.300/50, expedida para proteção de particulares. — Apelação Cível n.º 17.526-GB (Embargos)	53
---	----

S

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Inconstitucionalidade das Leis n.ºs 5 e 42, de 1937 por ferirem o princípio constitucional do livre exercício profissional. — Ag. Mandado de Segurança n.º 26.909-SP	122
--	-----

SERVIDOR DA FAZENDA

Páginas

Percentagens. O que recebe parte variável de vencimentos nos termos da Lei n.º 3.244/58, não pode somar a isso percentagens de que fala a Lei n.º 3.756/60. — Ag. Mandado de Segurança n.º 46.060-SP 200

SERVIDOR PÚBLICO

Verba três. Contagem de tempo de serviço. Contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria e percepção de adicionais. — Ag. Mandado de Segurança n.º 40.577-GB 159

SUSPENSÃO

Descabível mandado de segurança contra medida disciplinar. Mandado de Segurança n.º 49.047-SP 221

SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO

Mantém-se a decisão agravada, que determina a suspensão da execução da sentença concessiva da segurança para liberal automóveis. — Suspensão de Segurança n.º 4.623-RJ (Ag. do Artigo 45 do Reg. Interno) 226

T

TAXA DE ARMAZENAGEM

Devida no 1.º período, não mais, sempre que a demora na retirada da mercadoria tiver resultado de óbice aduaneiro reputado arbitrário por sentença judiciária. — Ag. Mandado de Segurança n.º 37.594-GB 149

TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO

Sendo adicional do imposto de importação, não incide sobre borracha importada com isenção daquele imposto. Lei de Tarifas, art. 66. Dec.-lei n.º 2.416, de 17-7-40, art. 1.º, § 2.º. Resolução 40 (C.P.A.), de 13-12-58. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.059-SP 172

TEMPO DE SERVIÇO

Servidor civil. Tempo de serviço prestado como profissional credenciado, é de ser computado, em observância ao disposto na Lei n.º 3.841. — Ag. Mandado de Segurança n.º 43.835-GB 181

TRANSFERÊNCIA EX OFFICIO

	Páginas
Funcionário público. Lei n.º 1.711/52, Art. 250. Ilegalidade do ato que remove funcionário durante o período eleitoral. — Ag. Mandado de Segurança n.º 31.993-PE	130

V

VALOR EXTERNO DE IMPORTAÇÃO

A apuração de seu preço CIF depende de verificações não compatíveis com o rito sumaríssimo do mandado de segurança. — Ag. Mandado de Segurança n.º 38.584-SP	155
--	-----

VERBA TRÊS

Contagem de tempo de serviço. O pagamento da verba três não retira o caráter de serviço público, contável para efeito de aposentadoria e percepção de adicionais. — Ag. Mandado de Segurança n.º 40.577-GB	159
--	-----

